

# 15 O USO DA PESQUISA-AÇÃO COMO METODOLOGIA PARA A COMPREENSÃO E A ATUAÇÃO NOS PROCESSOS DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Nanashara D'Ávila Sanches  
Paulo Roberto Rodrigues Soares

## Introdução

A pesquisa-ação é uma metodologia relativamente nova. Surgiu em 1970, década marcada pelo rompimento das ciências humanas e sociais com o positivismo. Até então, os ensinamentos de Augusto Comte, Descartes e Durkheim, entre outros, sobre “como fazer ciência” predominavam, baseados no empirismo, na objetividade e na experimentação. Neste sentido, o pesquisador restringia-se à observação e quantificação de eventos, sem interferir na realidade estudada. Contudo, no decorrer da história da ciência, a corrente de Comte mostrou-se limitada.

Alguns acontecimentos demarcam os propulsores para a criação de metodologias mais participativas, que tornam a relação entre pesquisador e objeto de estudo não só possível, mas também necessária. À época, o debate voltava-se para a reflexão sobre a expansão mundial do capitalismo e a consequente exploração humana e destruição cultural observadas, principalmente, em países subdesenvolvidos. Algumas obras retratam este panorama. Entre elas podemos citar: 1) o lançamento do livro “Pedagogia do Oprimido” (1968) pelo então exilado Paulo Freire; 2) a publicação do ensaio “Cómo descolonizar las ciencias sociales aplicadas” (1961) de Rodolfo Stavenhagen, fundador do Instituto de Cultura Popular mexicano; 3) a edição do livro “Geografia do subdesenvolvimento (1965) de Yves Lacoste” e o livro “O direito à cidade (1968)” de Henri Lefebvre, para citar alguns. O que estava para surgir era a certeza de que o pensamento popular e o acadêmico deveriam convergir, evitando a pesquisa neutra, voltada para a manutenção da carreira universitária. Era (e é) necessário transformar a realidade, a partir de um conhecimento mais amplo e aplicável. De cunho marxista, anarquista e autonomista, a escola da pesquisa-ação (ou da pesquisa-participativa) tem como objetivo unir conhecimento e ação. O pressuposto de uma *transformação da realidade* é acompanhado pela ideia de construção de um conhecimento interno à classe social menos favorecida dentro do sistema capitalista, criando subsídios para que se rompa com o *status quo* definido e monopolizado pela classe social dominante.

O colombiano Orlando Fals Borda (2008) traz sua própria experiência quanto ao desenvolvimento de sua pesquisa-

-ação, no qual declara:

Vimos, por fortuna, que no estábamos solos en estas luchas prácticas por la transformación social. En América Latina (además de los pioneros trabajos de los socialistas José Carlos Mariátegui, Ignacio Torres Giraldo y otros), revisamos los aportes pertinentes de escritores como el brasileiro L. A. Costa Pinto sobre resistencias al cambio; y los análisis de la explotación por el mexicano Pablo González Casanova. En el África, los estudios del imperialismo por el economista Samir Amin fueron indispensables, así como el examen de algunas experiencias sobre “recherche action” en Senegal. (BORDA, 2008, p. 5).

Tais obras influenciaram as pesquisas de acadêmicos em diversas regiões do globo e culminaram com a realização do Congresso Mundial de Convergência Participativa, em Cartagena, no ano de 1997. Para compreendermos a utilização desta metodologia como instrumento de investigação e transformação da realidade, vamos analisar as bases teóricas e os preceitos da Pesquisa-Ação em conformidade com a pesquisa realizada na Vila Chocolateiro, comunidade formada no centro de Porto Alegre, a partir da ocupação de um terreno da União por pessoas em situação de rua, na década de 1980, e removidas para a periferia da cidade no ano de 2011. O processo de remoção destaca-se pelas condições de reassentamento dadas para as 225 famílias que moravam no centro da cidade de Porto Alegre. Segundo o Projeto de Trabalho Técnico-social, realizado pela Prefeitura de Porto Alegre, das 225 famílias (732 pessoas), 45% das pessoas em idade ativa tinham como fonte de renda a catação, triagem e comercialização de resíduos sólidos e 24% estavam desempregadas ou sem trabalho (PTTS; DEHMAB, 2009), demonstrando a vulnerabilidade

da comunidade, sem condições para comprar ou alugar uma habitação. Outro fator que podemos destacar da VC é o fato de que no novo conjunto habitacional foram construídas 181 casas para 225 famílias, fazendo com que a coabitação (quando mais de uma família mora em uma casa) seguisse sendo uma realidade para os moradores da Vila Chocolatão.

Para compreender como podemos utilizar a Pesquisa-Ação para casos de remoção, escrevemos este capítulo por meio de um questionamento central: Por que utilizar a Pesquisa-Ação? A partir disto, apresentamos os sete princípios da Pesquisa-Ação desenvolvidos a partir do I Congresso Mundial de Investigação Ação-Participativa ocorrido em 1977. Além disso, buscamos, pelo princípio da interdisciplinaridade, abordar a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre e os conceitos de segregação residencial e de gueto como base para o estudo dos impactos de remoções. Para concluir, este trabalho traz algumas das atividades realizadas na Nova Vila Chocolatão, a partir do estudo realizado sob os preceitos da Pesquisa-Ação.

### **Por que utilizar a pesquisa-ação? – princípios da pesquisa-ação**

Primeiramente, para analisar a transformação socioespacial que uma remoção seguida de reassentamento causou, especificamente na Vila Chocolatão (VC), tornou-se necessária a minha inserção na comunidade, além de pesquisa bibliográfica referente à urbanização brasileira e de Porto Alegre e à remoção de comunidades pobres de centros urbanos para as periferias. Esta inserção vem ocorrendo desde 2012, ou seja,

há três anos, tempo que me possibilitou conhecer diversos moradores da comunidade e, de várias formas, envolver-me com os problemas coletivos e até mesmo pessoais.

A inserção de uma pesquisadora em qualquer comunidade exige uma profunda interação com seu objeto de estudo. Talvez, o trabalho que envolve um objeto de estudo tão complexo quanto uma comunidade faz o “problema de pesquisa” ter outro significado. Não se trata de um problema abstrato, imóvel ou constante, mas da vida de diversas pessoas que demandam resoluções culturais, educativas e emancipatórias. Ademais, deve-se evitar a distinção positivista que separa sujeito de objeto de estudo, evitando o antagonismo de opiniões e experiências. O mais importante é o que a comunidade traz como experiência de vida em coletivo. As impressões, percepções e anseios de seus moradores darão a orientação para o planejamento de ações visando a sua própria organização na luta por direitos.

Segundo Thiollent (2002), existem dois critérios que “guiam” a pesquisa-ação. A investigação deve buscar conhecimentos úteis para compreensão de causas justas e, ainda, deve ter uma

[...] base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de um modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 2002, p. 14).

Assim, ao convergir o pensamento popular e a ciência acadêmica pode-se produzir um conhecimento profundo e

aplicável e, por meio de seu desenvolvimento, encontrar respostas para questões pertinentes a este tipo de pesquisa como: O que fazer com o conhecimento dos problemas das comunidades removidas e reassentadas? Como impedir que ocorra a segregação residencial nas cidades? Quais são os impactos da segregação residencial e de remoções/reassentamentos?

É esta metodologia que auxiliará nas respostas a estas questões exatamente porque a pesquisa-ação tem por objetivo dar aos pesquisadores e grupos de participantes de pequeno e médio porte os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora. (THIOLLENT, 2002).

Talvez não exista uma resposta única para a diversidade de processos urbanos e processos de remoções, que são específicos para cada caso, mas há a certeza de que é possível persistir na transformação da realidade por meio do conhecimento e da práxis. Para tanto, o Congresso Mundial de Investigação Ação-Participativa (CMIAP), de 1977, traz em suas resoluções as tarefas que os pesquisadores praticantes da pesquisa-ação devem seguir (BORDA, 2008). Na sequência, relacionaremos cada ponto das resoluções com os caminhos passíveis de serem adotados em um projeto de análise de o processo de remoção.

**DIRETRIZ 1 – CMIAP:** buscar o conhecimento de diversas disciplinas (interdisciplinaridade)

No princípio, a abordagem para este trabalho seria dada por meio do viés geográfico. Os conceitos utilizados têm como enfoque a organização socioespacial, ou seja, a construção do espaço a partir de uma classe ou grupo social. Todavia, como demonstrado a seguir, os conceitos geográficos utilizados exigiram que outros conceitos, das áreas da Antropologia, Ciências Jurídicas e Estatísticas fossem utilizados. Assim, temos como conceitos correlacionados:

**a) A teoria de produção do espaço de Henri Lefebvre:**

Lefebvre afirma que espaço social é um produto social. O espaço não existe em si mesmo, ele é produzido (LEFEBVRE, 1974). Em sua teoria, Lefebvre traz uma tríade dialética, da auto-produção da sociedade e do próprio ser humano. Esta tríade dá-se a partir de três dimensões na produção do espaço, representadas pelos os conceitos de *espaço percebido* (*perçu*), *espaço concebido* (*conçu*) e *espaço vivido* (*vécu*) (LEFEBVRE, 1972). Estas categorias podem ser analisadas a partir da cotidianidade, definida como a apropriação pelos seres humanos de sua própria vida. Cada uma destas categorias espaciais podem ser analisadas no processo de remoção e reassentamento. A dimensão do espaço percebido virá dos moradores da comunidade, traçando um paralelo comparativo entre o território de origem e o novo território de reassentamento. Este estudo será feito a partir de relatos e entrevistas semi-estruturadas,

com um roteiro prévio que garanta, no entanto, a formulação de novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados. (TRIVIÑOS, 1987).

A concepção de espaço concebido está relacionada às diretrizes impostas pelo poder público, também pode ser conceituado como espaço abstrato ou conceitual, global e estratégico, fruto dos ditames da economia, mais precisamente do mercado imobiliário. Analisar o espaço por meio deste viés pode ser feito utilizando-se dados socioespaciais e leis de uso e ocupação do solo. Aí impõe-se a necessidade da interdisciplinaridade para este trabalho. Disciplinas como Ciências Jurídicas e a Estatística darão bases para a representação da dinâmica espacial a ser analisada. Ter e repassar o conhecimento sobre o Plano Diretor e as leis de uso do solo da cidade estudada é de extrema importância para compreender o processo de remoção, assim como utilizar análises de dados estratégicos que representem a mudança causada no processo de reassentamento.

Por fim, a terceira categoria espacial de investigação é a de espaço vivido, o espaço habitado e construído pelos moradores da comunidade. Um bom método de representação a ser utilizado para analisar o espaço vivido (assim como a formação de guetos, que veremos a seguir) é o iconográfico, ainda tendo como diretriz a interdisciplinaridade.

O antropólogo Nestor García Canclini (2013) traz em sua obra *Culturas híbridas, poderes oblíquos* um estudo aprofundado sobre o processo de urbanização, passível de representação por meio da comparação de fotografias dos mesmos monumentos históricos em diferentes épocas. Seu trabalho



conclui, entre outros resultados, que as fotografias representam, concomitantemente, dois processos culturais: de desterritorialização da cultura, não mais presente em apenas uma localidade, mas disseminada, tanto pela informação quanto pelo contingente de (i)migrantes; e o processo de reterritorialização, dado pela incorporação cultural e espacial de símbolos gerados alhures. Buscando analisar o processo de remoção/reassentamento por meio da iconografia, poderemos utilizar dois pares de fotografias: fotos do território de origem, antes e após a remoção, e fotos do território de reassentamento, antes e após a ocorrência de tal processo.

### **b) Os conceitos de segregação residencial e de gueto:**

Segundo Manuel Castells, a segregação residencial origina áreas de forte homogeneidade social interna e de disparidade com áreas externas adjacentes. (CASTELLS, 1983). Peter Marcuse vai além ao afirmar que a segregação é um processo no qual um grupo é forçado a se aglomerar em uma área definida, em um gueto (MARCUSE, 2004). A formação de guetos urbanos, analisada em profundidade pelo sociólogo Loic Wacquant, é um exemplo de instrumento de poder sócio-organizador, criado para cercamento e controle de populações economicamente excluídas do sistema. Para ele, além do cunho étnico-racial, a formação dos guetos está ligada à classe social e o papel do Estado pode amenizar ou intensificar a exclusão urbana de uma determinada classe. Apesar das diferenças analisadas para diferentes casos, podemos observar que espaços considerados guetos apresentam como características:

a pobreza, resultante da escassez de espaço; o adensamento; a precarização das condições de trabalho e sustento de seus residentes; o maltrato generalizado e a imposição da segregação residencial por um grupo externo. (WACQUANT, 2004).

Os conceitos de segregação residencial e de gueto podem ser utilizados no momento em que admitimos que um processo de remoção é coercitivo, mesmo que seja definido em uma assembléia dos moradores, por exemplo, a escolha da maioria pela saída de uma comunidade de seu território de origem. A oferta de uma moradia para uma classe social que dificilmente conseguirá adquiri-la apenas com a venda da sua força de trabalho, a princípio, parece irrecusável. Inclusive, é obrigação do Estado garantir moradia à população. Assim, ser reassentado em habitações governamentais seria a realização de um direito garantido.

No entanto, o que deve ser analisado são dois fatores: o da localização do território de reassentamento e a estrutura que será disponibilizada para a comunidade, em comparação à antiga. Ora, uma remoção que tem como destino a periferia da cidade, carente de equipamentos públicos, caracteriza um retrocesso social. Este conceito, de retrocesso social, é analisado pelas ciências jurídicas e é caracterizado pela subtração de um direito já garantido. (STRECK, 2003). Por exemplo, se no centro da cidade, os moradores da VC tinham acesso a diversas escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio e ainda a um posto de saúde com ala exclusiva para seus moradores, reassentá-los em um bairro sem estas características garantidas, configuraria um retrocesso social. Todavia, entre viver em meio ao esgoto, sem energia elétrica, no centro da cidade ou

ir para uma casa nova com saneamento e infraestrutura, a escolha dos moradores, (provavelmente não em sua totalidade) foi a de ir para um novo território, por uma imposição do Estado que ofertou moradia, mas em um território distante, descartando a necessidade de essas moradias serem no próprio centro da cidade. Não estava posta a possibilidade de escolher entre ter moradia digna no centro ou na periferia.

Outro fator que demonstra a relação entre os processos de reassentamento e de guetização são relativos à forma como um conjunto habitacional é construído. Na periferia ou no centro, quando há uma uniformidade precária interna a um conjunto habitacional e, ainda, o adensamento, resultante da falta de espaço, há o processo de guetização.

No caso do conjunto habitacional da Nova Vila Chocolate (NVC), a padronização das habitações (possível de ser analisada por intermédio de imagens e fotografias) em um território de área limitada configura um gueto urbano e, ainda, a localização do reassentamento, na periferia da cidade, aponta para a redução de oferta de empregos e de acesso à educação e à saúde, em comparação ao centro da cidade. Estas características encaixam-se no conceito abordado por Wacquant e demonstram a configuração de um gueto urbano na NVC. Assim, os resultados e conclusões de uma pesquisa sobre remoção e reassentamento podem indicar a formação de um gueto, se uma ou mais características trazidas por Wacquant forem detectadas.

**DIRETRIZ 2 – CMIAP:** ter critérios de validação para a pesquisa

Além dos métodos vistos anteriormente, para compreender os impactos do processo de remoção e reassentamento de comunidades carentes, um caminho que pode ser adotado pelo pesquisador é iniciar o levantamento de dados da comunidade estudada para a elaboração de um perfil socioeconômico. Dependendo do tamanho da comunidade e do tempo para a realização da pesquisa, sugere-se trabalhar com uma amostra. O mais indicado, porém, é trabalhar com a totalidade da comunidade. Este perfil será comparado aos dados do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), realizado e (que devem ser) disponibilizados pela Prefeitura da cidade onde ocorreu o reassentamento.

**DIRETRIZ 3 – CMIAP:** implementar projetos generalizantes que possam resolver problemas amplos

Apesar das singularidades de cada caso de remoção e reassentamento, uma decorrência persiste: a desunião dos moradores em seu local de reassentamento. Alguns nem chegam a ir para a nova localidade. A Associação de Moradores da Vila Chocolateiro (AMVIC), constituída e motivada pelo processo de remoção, perdeu sua coesão. Talvez este seja o grande desafio para comunidades reassentadas: rearticular os moradores para a luta por direitos. Neste sentido, a produção de um projeto generalizante constitui a realização de atividades em comunidades reassentadas que garantam a sustentação da

identidade territorial da comunidade que será refeita. Para isto, é importante que um grupo, o mais amplo possível, organize atividades públicas, políticas e de lazer. Cabe ressaltar que estas atividades devem surgir a partir da própria comunidade, e não ser proposta ou imposta pelo mesmo poder que há desarticulou.

#### **DIRETRIZ 4 – CMIAP:** desconstruir uniformidades globais

Esta diretriz tem por objetivo fortalecer as demandas populares, em contraposição às políticas desenvolvimentistas e, por que não, neoliberais que desconsideram singularidades culturais. O problema, como afirma Borda (2008), são movimentos de resistência ocorrerem somente em escala local, isolados. Deve ocorrer uma articulação entre comunidades reassentadas, fora e dentro dos fóruns oficiais de debate sobre a cidade e seu planejamento. Por intermédio desta articulação maior, também poderão ser trocadas experiências e informações que intensificarão a organização de comunidades reassentadas. Um projeto de pesquisa pode auxiliar nesta ação, promovendo encontros entre lideranças comunitárias para a apresentação dos resultados e conclusões de pesquisas relacionadas ao tema.

**DIRETRIZ 5 – CMIAP:** praticar a investigação científica educacional e de ação política que atenuem ou destruam estruturas injustas de poder

Ao promover apresentações e debates sobre resultados de pesquisas relacionadas aos impactos de remoções e reassentamentos, há um retorno às comunidades, quanto ao seu histórico e quanto o seu papel como ator na produção do espaço urbano. Estimular o conhecimento quanto o seu papel social, quanto os seus direitos e os meios de alcançá-los, pode ser o motor para um questionamento quanto às estruturas e às grandes instituições de ordem social que regulamentam a organização espacial.

**DIRETRIZ 6 – CMIAP:** prevenir conflitos, violência e repressão

Ao investigar as representações dos moradores quanto à violência, à repressão e aos conflitos, a pesquisa-ação buscará a origem geradora destes elementos. De forma ampla, a origem da repressão está na organização do sistema econômico vigente. Buscar e repassar exemplos históricos de sistemas comunais impulsionam o sentimento de fraternidade interno e também externo à comunidade. Ao fazerem reuniões para relembrar e debater o processo de remoção, o pesquisador pode fazer provocações, abordando temas como racismo, machismo, estigmatização da pobreza e, ainda, questionar o papel da prefeitura e da polícia no processo e ao longo da formação da comunidade, visando sempre a busca pelos anseios da comunidade,

sua percepção quanto o que é e foi feito, e de como poderia ter sido feito.

**DIRETRIZ 7 – CMIAP:** construir um *ethos* etno-genético e emancipativo

Aqui se apresenta a maior resolução proposta para a pesquisa-ação, de modificar os alicerces da ciência e unir esforços intelectuais, políticos e econômicos que auxiliem na preservação de diferentes culturas e saberes, principalmente dos povos oprimidos. Ao propor um *ethos* (ou costume/hábito) etno-genético, a pesquisa-ação busca uma forma de metodologia altruísta e crítica para a consolidação de uma geração de pesquisadores-agentes de mudança e cooperação. Para isto, é necessária a troca de experiências em níveis nacionais e globais e a participação e formação de redes de pesquisas emancipatórias. Tal premissa exige que dentro das Universidades se formem pesquisadores com fortes bases conceituais que questionem a neutralidade científica. Tal paradigma científico, como citado anteriormente, não é novo, mas persiste intra-muros e na mentalidade de professores e alunos da academia.

Por intermédio de uma base teórica bem desenvolvida sobre a pesquisa-ação, diversas ferramentas podem ser construídas para a libertação dos povos, presos aos grilhões da globalização que se desencadeia em todos os aspectos da vida cotidiana e impõe-se com maior brutalidade entre as culturas heterogêneas e entre os mais pobres.

## Algumas conclusões

A pesquisa que vem sendo realizada na VC abriu caminhos para repensar estratégias de abordagem. Desde a pesquisa bibliográfica que exigiu o uso diversas disciplinas até a elaboração de entrevistas, podemos observar que em todos os pontos praticamente analisados anteriormente, a principal ferramenta impulsionadora da ação é o diálogo, feito de forma plural e horizontal. Se há algo que a globalização oferece de bom é a possibilidade de comunicação quase em tempo real entre pesquisadores e atores em todo o globo e esta ferramenta deve ser utilizada. Por meio dela, poderemos nos informar e debater dentro das comunidades reassentadas os casos de outras comunidades em diferentes partes do país e analisar como foi possível resolver os problemas inerentes ao processo.

O primeiro passo proposto sugere a revisão bibliográfica referente aos temas urbanização e remoção/reassentamento, além da coleta de informação quanto à comunidade estudada como: população, atividades econômicas, fontes de renda, faixas etárias, nível educacional, condição de moradia, entre outros. Tratando-se de uma remoção, estes dados poderão ser comparados aos dados das prefeituras, realizados por meio dos PTTS, ferramenta obrigatória para o planejamento de um reassentamento. Estes dados apresentados aos moradores em reuniões ou seminários terão dois objetivos iniciais: a tomada de consciência coletiva unida a um conhecimento técnico-científico. Com mesmo caráter, podem ser feitas entrevistas individuais e coletivas, que instiguem os moradores a relatar e refletir sobre o processo de remoção, aliados a conteúdos so-



ciais como o racismo, a pobreza e a violência. Além de relatar, os moradores devem ser questionados sobre como acreditam que a sociedade poderia ser, pensar numa forma de organização comunal fraterna e isto pode ocorrer por meio de mutirões e atividades culturais.

A conscientização e a união dentro de uma comunidade têm poderes reivindicatórios que impulsionam a produção de um programa de ações que se voltam para a garantia de benefícios à própria comunidade. A título de curiosidade, a pesquisa realizada na VC já conseguiu articular a realização de reuniões semanais. Em uma delas, foi organizada uma atividade voltada principalmente às crianças, intitulada “vamos plantar?”, no qual estudantes da Faculdade de Agronomia da UFRGS participaram como apoiadores da Associação de Moradores da Vila Chocolatão, levando mudas de diversas espécies que foram plantadas pelas crianças da comunidade, na manhã do dia 26 de junho de 2015. Esta atividade foi sugerida após a conclusão do grupo em reunião, identificando que um dos principais problemas na VC era a falta de atividades educativas para as crianças da comunidade. Foi um pequeno passo de tantos outros possíveis que surgirão ao longo da pesquisa.

## Referências

BORDA, F. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis Político**. n. 38, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. UN, Universidad Nacional de Colombia. Santa Fe de Bogotá, Antioquia, 2008, p. 15.

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: \_\_\_\_\_. **Culturas híbridas**. São Paulo: EdUSP, 2013 [ 1989], p. 238-350.

- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE PORTO ALEGRE, **Projeto de Trabalho Técnico Social**. Porto Alegre: Out., 2009
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Tradução de Margarida M. de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].
- \_\_\_\_\_. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers Inc., 1991 [1974].
- MARCUSE, P. Enclaves, sim: guetos, não: a segregação e o estado. **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan/jul. 2004 [1997].
- STRECK, L. L. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, p. 146.
- WACQUANT, L. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 155-164, nov., 2004.